

O agronegócio é o seguinte

O desafio de superar a inadimplência

A EDIÇÃO do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para 2009/2010 tem como foco central o incentivo ao médio produtor rural, ao cooperativismo e à produção agropecuária com respeito ao meio ambiente.

Aguardado com expectativa, o PAP trouxe medidas já anunciadas pelo governo, como a linha de crédito para a agroindústria, a para estocagem de álcool, além de medidas de apoio à cafeicultura.

Sem grandes inovações e limitado a ajustes dos programas em execução, o PAP tem evoluído nos últimos anos com ênfase no acompanhamento e nas adequações durante todo o ano safra.

Assim, ao divulgar o PAP 2009/10, o Executivo acrescentou itens como o estabelecimento do volume de recursos, as taxas de juros usadas no período, os limites de crédito e a correção dos preços mínimos.

Para estimular o crescimento da produção, os recursos dotados para o setor agropecuário na próxima safra 2009/10 tiveram aumentos expressivos. Não obstante, diante das questões de inadimplência, muitos produtores estão com seu acesso às linhas oficiais de crédito impedido. Preocupado com o risco de a produção ficar estagnada, o desafio do governo está em equacionar as dificuldades do produtor na obtenção do crédito.

O governo tentou no novo PAP focar no agricultor médio e nas preocupações sobre a questão ambiental, que ameaça prejudicar os mercados para alguns produtos agropecuários brasileiros.

Na safra passada, os agricultores brasileiros reduziram seus investimentos no campo e obtiveram uma colheita menor do que o potencial. Como houve menor dispêndio com insumos, como os fertilizantes, a produtividade das lavouras ficou mais baixa. Somado a isto, a estiagem, que provocou perdas de renda na safra 2008/09, pode prejudicar a produção futura, devido a menor aplicação de recursos na safra. Sem obter lucro, o produtor, que precisa pagar o que investiu, pode encontrar dificuldade para dar início ao plantio.

A criação de um fundo garantidor para possibilitar o aumento do limite de financiamento e a contratação de

crédito para produtores com risco elevado segue em negociação. Seriam necessários entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões para garantir os diversos tipos de operações dos produtores. Um caminho seria começar com as operações para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Como teriam a garantia do pagamento dos empréstimos, os bancos ficariam mais flexíveis na liberação dos recursos. Além disso, o novo mecanismo poderia conter o endividamento do setor.

O programa Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançado em julho do ano passado, com proposta para incrementar a produção agrícola e fortalecer a agricultura familiar, também integra o pacote do governo. Seu balanço é positivo: incentivou a produção extra de 7,8 milhões de toneladas de alimentos em seus dez primeiros meses de atuação. Quanto às vendas de tratores, 11 mil unidades de até 78 cavalos foram entregues.

Sobre o tema, *Agroanalysis* apresenta oportunamente um caderno especial sobre cooperativismo. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), existem 1.113 cooperativas de crédito atuando em todo o País com mais de 4 mil postos de atendimento (PAC), especialmente em locais onde nem os bancos públicos nem os agentes financeiros privados estão presentes. Das mais de 1,6 mil cooperativas agropecuárias existentes, 80% de seus cooperados detêm áreas inferiores a 50 hectares e 27% são parceiros, meeiros e arrendatários.

Na área de sustentabilidade, os olhos estão voltados para dezembro próximo, quando será realizado 15ª. Conferência das Partes (COP 15) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, na Dinamarca. Mais de 200 países deverão ter representantes neste evento que promete ser histórico, aguardado com expectativa por aqueles se preocupam com as mudanças climáticas e seus impactos no planeta. No agronegócio, a agenda nacional a ser arquitetada para a COP 15, passa pela manutenção da floresta em pé e a erradicação do desmatamento ilegal, por meio de instrumentos compensatórios que remunerem os serviços ambientais. ■